

Robert Kagan, *O Paraíso e o Poder. A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva, 2003, 111 pp.

Robert Kagan, é *senior associate* no Carnegie Endowment for International Peace, onde desempenha o cargo do U.S. Leadership Project. Escreve uma coluna mensal do jornal *Washington Post*. Foi autor de *A Twilight Struggle: American Power and Nicaragua, 1977-1990*, e é co-editor, juntamente com William Kristol, de *Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy*. Entre 1984 e 1988, pertenceu ao Departamento de Estado.

A obra em análise, divide-se em oito partes, nomeadamente: **1)** Introdução; **2)** A diferença de poder; **3)** Psicologias do poder e da fraqueza; **4)** *Hyperpuissance*; **5)** O paraíso pós-moderno; **6)** O mundo que a América fez; **7)** Ainda é <<o Ocidente>>? **8)** Ajustamento à hegemonia.

O autor defende que ao contrário do que se supunha até há bem pouco tempo, tanto os Americanos como os Europeus, têm diferentes concepções do mundo e diferentes objectivos, com reflexos visíveis na questão do poder. Enquanto que os Estados Unidos continuam empenhados em exercer o seu poder militar, para assegurarem a ordem mundial, a sua segurança e os seus interesses, a Europa caminha numa direcção oposta, apostando nas leis do Direito Internacional e na cooperação supranacional.

As razões que levaram a esta oposição, devem-se a vários factores, a que não está alheio o facto de não possuírem uma cultura estratégica comum. Os europeus são vistos como muito críticos em relação à política externa americana, e classificam-na de

belicista, não persuasiva e unilateral. Os Europeus, por seu lado, apostam numa diplomacia paciente, tolerante e tentam encontrar uma solução de compromisso para a resolução dos problemas, à luz do Direito Internacional, não descurando os vínculos comerciais, a negociação, e onde está sempre presente o multilateralismo.

O objectivo europeu, não é porém comum a todas as suas nações, por razões históricas. Dois exemplos desta situação: **1)** a Inglaterra, que sempre venceu uma posição opositora face à Europa continental, e que segue uma política externa pró-americana; **2)** Europa a duas velocidades, que ainda não conseguiu uma homogeneidade entre as partes ocidental e de leste.

No entanto, as grandes diferenças estabelecem-se entre europeus e americanos ao nível da sua cultura estratégica, pacífica no caso europeu, por que só assim se explica a condenação feita pelo eixo franco-alemão à guerra imposta pela administração americana ao Iraque. Mas historicamente, nem sempre os Europeus foram tão pacíficos, nem os Americanos tão beligerantes.

Conforme se pode constatar no segundo tema que o autor aborda, esta inversão de papéis deve-se ao facto dos Estados Unidos se terem tornado numa potência militar, enquanto que as nações europeias viram enfraquecido o seu raio de acção, a partir da I Guerra Mundial (1914-1918). A Europa, nos trinta anos seguintes a este conflito, é orientada por políticas de auto flagelação, encabeçadas primeiramente pela Inglaterra e a França e mais tarde pela Alemanha, que

destróem o que ainda havia para destruir, e que a tornam inteiramente dependente em termos económicos e de segurança dos Estados Unidos. O corolário do descalabro europeu, dá-se com a perda dos seus impérios coloniais em África, Ásia e Médio Oriente, absorvidos pela influência americana.

Com o período da Guerra Fria, perante a nova ordem *bipolar* do mundo, interessava à Europa a presença americana, porque não tinha a força necessária para sustentar o Bloco Soviético, em caso de ataque. Aos Estados Unidos, interessava uma solução militar europeia superintendida pela NATO. Mas quando a Europa recuperou economicamente, não lhe interessou investir no campo militar, por que sabia que estava salvaguardada pela força nuclear americana, o que levou Robert Kagan a definir a *psicologia de dependência*, que se acentuou até aos nossos dias. Por sua decisão, os Europeus não evoluíram a sua tecnologia militar, ficaram remetidos a um papel secundário, de forças de manutenção de paz, depois de uma primeira “limpeza” americana, em território hostil. A força americana, demonstrou a sua grande capacidade de mobilizar tropas, durante a invasão do Kuwait pelo Iraque. O sistema americano de defesa, aposta numa política preventiva, que garanta a capacidade de intervenção militar em duas zonas distintas do globo, como por exemplo no Golfo Pérsico ou na Península Coreana.

Na terceira parte, o autor aborda o papel de “polícia do mundo”, que os Estados Unidos assumiram, e o qual se deveu, ao desmembramento da antiga U.R.S.S., que confrontada com uma série de problemas internos, deixou de poder constituir-se como o outro prato da balança, dando origem a partir de 1989, a uma nova ordem mundial de

característica *unipolar*. Como consequência, na década seguinte, acentuaram-se as divergências entre os Estados Unidos e as nações europeias, face a novas ameaças à segurança internacional, que partiam segundo George W. Bush do chamado “eixo do mal”, que incluía o Iraque. Para uma Europa mais enfraquecida, fazia sentido deixar Saddam Hussein no poder, porque não existia outra solução que representasse menos risco.

Ao invés, os Estados Unidos, depois do 11 de Setembro, passaram a aplicar a “tolerância zero”, porque detêm poder militar e são a grande potência mundial. Para o autor, são duas posições válidas e que definem as *psicologias do poder e da fraqueza*. O 11 de Setembro, revelou o alvo primário da Al Qaeda, mas a Europa também é um alvo, secundário é certo, que vive de agonia depois do 11 de Março, sem os mecanismos de defesa americanos, os quais também estão propensos a falhas. Se estes acontecimentos, podiam significar uma maior união entre os Estados Unidos e a Europa, tal acabou por não acontecer devido à *diferença de poder*, isto é à fraqueza europeia no capítulo militar.

No seguimento destas divergências, o autor afirma no quarto capítulo da sua obra, que os problemas entre a administração americana e a Europa não começaram com George W. Bush, mas que já vêm de trás, desde a administração Clinton, quando esta adoptou pela primeira vez, uma posição de poder e arrogância. Face a isto, o primeiro-ministro francês Hubert Védrine, catalogou os Estados Unidos como uma *hyperpuissance*, ou seja, hiperpotência, bem superior à convencional superpotência, que continuava com os embargos ao Iraque, enquanto o seu líder fosse Saddam Hussein. Em Dezembro

de 1998, sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a administração de Clinton apoiada apenas pela Inglaterra, mandou bombardear o Iraque, atitude que mereceu o repúdio da maioria das nações europeias. Mais tarde, na Primavera de 1999, a guerra no Kosovo, pôs em evidência a superioridade dos meios militares americanos face à força militar europeia. A debilidade militar europeia, estendeu-se ao campo diplomático, sendo cada vez menos influente na tomada de decisões por comparação com os Estados Unidos, que sempre afirmaram, que a sua acção nos Balcãs tinham como objectivo a preservação do Ocidente.

Relativamente ao quinto tema que o autor aborda sobre “o paraíso pós-moderno”, este tem a ver com a possibilidade de Estados desavindos, poderem alcançar uma base de entendimento e paz, fruto da cooperação económica e da integração. Se na Europa este procedimento resultou, porque não aplicar o mesmo conceito aos países rotulados de “perigosos”? É aqui, que reside o grande problema que ensombra actualmente as relações entre Estados Unidos e a Europa. Por um lado, temos a Europa disposta a defender uma missão civilizadora, por outro lado, temos os Estados Unidos que tentam exercer o seu poder através de acções imunes perante o Tribunal Penal Internacional.

Na sexta parte da obra, a reflexão prende-se com o mundo que os Estados Unidos ajudaram a criar. A integração europeia e o seu fraco poder militar, é o resultado da política externa norte-americana, que conduziu a Europa a uma dependência militar, o que lhe permitiu desenvolver novos valores idealistas, e que por irónico que

pareça, põem em cheque o poder americano. Para o autor, os Ingleses já perceberam que a Europa não se pode restringir a um único critério, porque este deve ser duplo. Assim sendo, dentro das suas fronteiras deve apostar nas leis, mas externamente deve à semelhança dos Estados Unidos impor-se pelo poder militar. Não é de estranhar, que este apelo não tenha sido aceite pela Alemanha e pela França.

Na sétima parte, é colocada a questão, ainda é o “Ocidente”? Após a Guerra Fria, este conceito parece que deixou de ter sentido, porque muitos dos países do Pacto de Varsóvia, acabaram por aderir à NATO, e porque estava criada uma Europa relativamente em paz para consigo mesmo. Ao contrário do período do comunismo soviético – Guerra Fria -, o fundamentalismo islâmico – sob a forma de terrorismo - não obriga actualmente a uma aliança entre os Estados Unidos e a Europa, porque os primeiros agem unilateralmente, obrigando à sua reprovação pelo eixo franco-alemão, o que redundava no esbatimento da concepção “Ocidente”. Também a Europa, percebeu que tinha mais a ganhar com a unidade europeia, do que continuar a apelar à expressão “Ocidente unido”. Se a Europa se tornasse num novo pólo de força, tal poderia ser benéfico para um mundo, de natureza multipolar.

Relativamente ao último tema de “Ajustamento à hegemonia”, numa clara alusão ao 11 de Setembro, o autor afirma que os Estados Unidos continuam a seguir a mesma política, apesar do reforço do seu poder no mundo. Antes do ataque, já existiam planos traçados pelas administrações de Clinton e Bush para apoiarem militar e financeiramente as forças de oposição e a desestabilização do Iraque, respectivamente.

Os Americanos têm como objectivo, ajudar a promover uma ordem internacional, que gravite à volta do seu poder, pelo que permanecerão ainda bastante tempo no Golfo Pérsico e na Ásia Central. O 11 de Setembro, deu origem a uma nova expansão americana, objectivo estratégico esse, que não depende dos seus aliados europeus. O grande perigo, segundo Robert Kagan, é que os Estados Unidos e a Europa fiquem definitivamente de costas voltadas.

Como conclusão, podemos afirmar que foram os Estados Unidos que criaram o mundo actual, fruto da sua política externa. A expansão americana, deve-se ao incremento do seu poder, que não é acompanhado pelo poder da Europa, que enfraquecida militarmente, procura outra via para alcançar os seus objectivos. Aos Estados Unidos cabe uma tarefa árdua. O ser “polícia do mundo” implica o desgaste da sua imagem ao nível da opinião pública mundial, algo que decerto não pretende, mas que é inevitável, quando na resolução de conflitos utiliza uma metodologia unilateral, devido à incapacidade de outras nações. Este é o problema que Robert Kagan nos apresenta, porque apesar da sua origem americana, consegue-nos dar de forma clara as perspectivas que atormentam o lado americano e o lado europeu, na nova ordem mundial.

Gonçalo Soares

Licenciatura em História - 4ºAno (ULHT)